

ANAIS DO
V SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES
UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA

Organizado pelo PROF. EURÍPEDES SIMÕES DE PAULA

**PORTOS, ROTAS E
COMÉRCIO**

VOLUME II

XXXV
Coleção da *Revista de História*
sob a direção do Professor
E. Simões de Paula.



São Paulo — Brasil
1971

UM MANUSCRITO DO PRIMEIRO SÉCULO DA COLONIZAÇÃO (*).

JOSÉ AUGUSTO VAZ VALENTE

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Santos e
da Faculdade "Sedes Sapientiae" da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Parece de estranhar, ao ler-se o título desta comunicação, e parece sobremaneira pretenciosa, uma referência a um manuscrito do 1º século da colonização do Brasil.

E esta estranheza resultará do fato de pensarmos que centenas, mesmo milhares de manuscritos existem dêsse século XVI, em várias bibliotecas; em vários arquivos; em diversos países e em mais do que uma língua.

Justificar-se-ia uma referência particularizada a um manuscrito se fôsse, porventura inédito; e êste não o é.

Ou se justificaria, ainda, essa referência particular se acaso contivesse fatos ou referências a fatos ainda não revelados; mas nem isso acontece.

Entretanto, não sendo inédito, nem especial, mereceu a nossa atenção e sobre êle nos debruçamos, por uma espécie de curiosidade ou uma certa atração que o historiador sente por êstes documentos. E ao final julgamos que serviu aos nossos desígnios, ao menos nos pormenores que apreciamos e que no devido lugar referimos.

Julgâmo-lo tanto mais importante para o ponto de vista donde nos colocamos quando, mesmo desconhecendo o autor, já que o escrito é anônimo, sabemos que foi um padre de "muitos anos do Brasil" como no escrito se refere, que elaborou o presente documento.

É relevante para nós que fôsse um padre da Companhia que houvesse elaborado êste escrito de 91 fôlhas manuscritas, já que como padre tinha domínio pleno sobre a língua materna; não obstante usa sem restrições um número elevado de vocábulos indígenas o que nos sugeriu uma direção, que seguimos para concluir da maneira que concluimos.

(*) . — Comunicação apresentada na 6ª Sessão de Estudos, Equipe B, no dia 5 de setembro de 1969 (*Nota da Redação*).

Mas antes façamos uma breve referência, que é análise, aliás suscinta, do manuscrito em questão.

Digamos, prèviamente, que dêste documento colhemos microfilmes em 1965, a expensas da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. Por disposição contratual, segundo processo pela mesma Fundação organizado, os microfilmes pertencem à Faculdade de Filosofia Ciências e Letras *Sedes Sapientiae*, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, encontrando-se ainda em nosso poder.

Não seja embora inédito o presente manuscrito, nem por isso deixa de ser curioso e, quiçá, útil, no que se refere à forma ou mesmo à substância da primitiva historiografia do Brasil.

Catalogado na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, de cota nº 54, dêle tomamos conhecimento pelo *Catálogo dos Manuscritos da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra Relativo ao Brasil* (1) publicado pelo então Conservador do Instituto de Estudos Brasileiros, Snr. Francisco de Moraes, que se lhe refere neste têrmos:

“54-” De algua Cousas mais notaveis do Brazil”.

Parece ter sido escrito por algum jesuíta pelos anos de 1591. Traz várias notícias relativas aos primeiros anos da colonização de várias capitanias do Brasil pelos portugueses, interessantes para a história dêste país, e ocupa-se com algum desenvolvimento de várias curiosidades da fauna, flora e mineralogia do Brazil, bem como dos costumes dos indígenas.

1 vol., 203 X 152” (2).

Publicados já no *Arquivo Bibliográfico* da Universidade de Coimbra desde o nº 1, vol. IV, de janeiro de 1904 (pág. 13), a sua publicação foi até o nº 10, do vol. VI, de outubro de 1906, (pág. 160), com algumas páginas por volume.

Esta publicação foi sòmente transcrição paleográfica da secção de inéditos e foi antecedido de uma

“advertência em que se observa que conquanto desprovido de galas de estylo, êste inédito é contudo apreciável pelas notícias que nêle se encontram relativos aos primeiros annos da colonização de várias capitanias do Brasil pelos portugueses, elementos interessantes para a história d'este país, e por se occupar com algum desenvolvimento de várias curiosidades da sua fauna, flora e mineralogia, bem como dos costumes, crenças e superstições dos indígenas”.

Pela mesma “advertência” fica-se sabendo que

(1). — Publicação do Instituto de Estudos Brasileiros da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra — *Catálogo dos Manuscritos da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra Relativos ao Brasil; Extrato do Catálogo de Manuscritos da Biblioteca da Universidade de Coimbra*. Coimbra 1941.

(2). — Publicação citada. pág. 3.

“alguns assuntos do escrito foram tratados, além d’outros, pelo padre Simão de Vasconcelos na sua — *Chronica da Companhia de Jesus no Estado do Brasil* — Lisboa 1663, havendo uma separata também de 1663, do livro 1º da Crônica, que se reimprimiu no que diz respeito às notícias antecedentes curiosas e necessárias das cousas do Brasil”.

Alvitra, ainda, a “advertência” do Arquivo Bibliográfico que o manuscrito poderia fazer parte das publicações da Academia Real de Sciencias de Lisboa na sua *Collecção de notícias para a História e Geografia nas nações ultramarinas que vivem nos domínios portuguezes ou lhes são visinhos*.

Uma segunda publicação se fez do dito manuscrito na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* em 1923 no nº 94 e que segue de perto a do *Archivo Bibliográfico*.

*

O manuscrito em questão, que Varnhagem apelida de “crônica jesuítica” (3) é da autoria de “hú p.e de m.tos annos do brazil, que isto escreveu” como se lê ao encerrar do manuscrito, uma peça de 91 fôlhas em linguagem e letra da época que foi o século XVI, já em seu final.

O original, um tanto arruinado na algumas passagens, que não permite leitura, dado a corrosão da tinta sôbre o papel, noutras se lê com dificuldade a ponto de deixar dúvida a sua leitura. Já no A.B. se faz observação, na “advertência”, dizendo que

“algumas palavras e curtas passagens não se podem lêr, outras as lemos conjecturalmente”.

Hoje, passados mais de 60 anos sôbre a publicação do A.B. as dificuldades se mantêm ou, quiçá, se agravam porque o “efeito corrosivo da tinta” se continua.

Na leitura efetuada por nós, se alguma coisa corrigimos da transcrição do A.B., também dêste nos valem para acrescentar alguma coisa que hoje é totalmente ilegível, tanto mais que tivemos de lêr microfilmes do original. Anotámos o que “acrescentamos” do A.B., que vai observado em pé de página. Anônimo, o documento foi obra de um jesuíta que passou muitos anos no Brasil, e que por trechos que escreveu, dá a entender que outras partes do mundo correu, que não só a América. As comparações a que recorre, ao menos no que diz respeito à flora, dão a entender que conhecia a África, a América Central e mesmo a Ásia.

(3). — *História do Brasil*. vol. I, pág. 203, nota 29 — 5ª Edição Integral; Melhoramentos, São Paulo.

Também no Brasil não conheceu apenas um lugar ou região; a frequência com que alude a lugares diferentes, de norte a sul do litoral, fazem-nos pensar que não tinha, somente, um conhecimento teórico das regiões diferentes, mas que por várias peregrinou, registrando fatos e anotando características.

Podemos pensar, então, que o manuscrito se foi elaborando por lugares diversos, se atendermos à meticulosidade dos assentamentos que o autor foi arrolando. A sua conclusão, se não estamos em êrro, e se bem interpretamos as linhas finais, foi já na metrópole. O autor afirma que os

“nomes da ervas e doutra coisas que não me lembrarão daquela de Portugal senão pelo nome da língua do Brasil”.

La terminado, estamos em crer que foi elemento de informação para diversos autores que sobre o Brasil escreveram, juntamente com os escritos de Gandavo que foram elaborados com poucos anos de antecedência.

Não poderá dar-se com exatidão a data da “crônica jesuítica” que temos em mãos. Os dados que o manuscrito fornece, parecem à primeira vista, controversos. Teremos, entretanto, que atender ao fato de sua elaboração não ser de uma só vez e ter-se processado aos poucos. Provável que houvesse demorado uma parte boa de tempo que o autor passou no Brasil. E os anos passados “foram muitos” como o mesmo afirma. A ser assim, registrando um a um os dados que o manuscrito fornece, também do escrito se inferem várias datas, todas verdadeiras.

Na 1a. página refere a data de 91, logo nas primeiras linhas:

“como des querendo se vera este anno de 91” (4).

Atendendo, porém ao hábito de todo o escritor, de escrever o “prefácio” ou mesmo a “introdução” do seu trabalho ao final deste, cremos que esta página, a 1.ª, fôsse escrita já depois de concluída a pequena “crônica”, quando todas as anotações estavam feitas, ou, porventura, redigidas.

Assim o ano de 91 (1591) seria a data da redação do ms. ou a data em que se dava por concluído.

Na fôlha 7 afirma que “ha 45 annos q foi povoada a baya”. Se tomarmos em conta que ao falar da “Baya” que encabeça o Cap. 7, o autor faz referência expressa a Fr.co Pr.a então temos que o povoamento da Baya se refere ao seu início e a este donatário. Tendo como ponto de referência o ano de 1535 (5) encontramos a data de 1580, quando o fato se refere, decorridos que vão 45 anos.

(5). — Frei V. Salvador, *História do Brasil. Melhoramentos*, São Paulo. 1964.

(4). — *Leitura de A.B.* — e atualmente ilegível.

É de 1580 o manuscrito? É de 1591?

Vejamos que no capítulo 13 — como vierão os p.es do Cõp. a por mandado del Rei Dom João 3º (6) — se referem as datas de chegada dos padres da Companhia e os últimos referidos são. “P.e Gregorio Sarrão e dez Irmãos era de 78”. Não é provável que de 78 a 91 não tivessem vindo mais que não fôssem dignos de registro por parte do autor e que calasse os que vierão pelo espaço de 13 anos.

Reafirmamos que os retoques finais do manuscrito serão de 1591 — “como des querendo se verá neste anno de 91” — constituindo-se na sua totalidade de anotações coligidas ao longo de uma década; mas por que se veria nesse ano de 91?

A expressão completa um período que fala do rio Paraguaçu, ao longo do qual

“se achão muitas pedras verdes, vermelhas, e muito cristal e ha minas junto delle, como des querendo se vera...”.

1591 foi o ano da “primeira visitação do S.to Offício à província do Brasil”.

Haverá alguma relação estabelecida entre a verificação das minas e pedras e a “visitação”?

*

Na análise que do documento pode fazer-se, parte dos elementos são conjecturais, ao menos no que diz respeito à análise externa e no que se refere à data, local e autor.

Havemos, porém de dizer, ainda em respeito a esta análise que o manuscrito não nos parece esteja completo.

A fôlha 5, última linha, está o título do cap. 7 — Baya; mesmo que consideremos como cap. o título do manuscrito, “de algumas cousas mais notáveis do brazil” na fol. 1 e um título da fôlha 2 “b.a Porto Seguro”, temos, assim, dois capítulos que antecedem o 7º, faltando, portanto, ainda 5 que não aparecem no manuscrito.

É verdade que entre os cap. 8º — Pernãobuco 7 povoações; e o 11º da Governança, deixam de aparecer os cap. 9 e 10 mas há os títulos que a eles corresponderiam: “Ilheos 8º Povoação”, pág. 8; e “O Rio de Janeiro” pág. 8.

Falta também o cap. 15; e dos cap. 16 — “Das Guerras cõ os Indios” — pág. 16, até à pág. 27, Cap. 20 (?) — “donde dizem ter esta província principio” — não se assinalam capítulos mas tem os títulos correspondentes: “Rio de Janeiro”, pág. 19; — “Numero

(6). — Leitura do A.B. — Fôlha 12 e seguintes do manuscrito.

de Xpuãos” — pág. 21; — “sítio do Brazil” — pág. 25; — “Rios” — pág. 26. O capítulo 21 não vem indicado, também, mas anterior ao cap. 22 — “Dos costumes e cazam.tos” — há um título que, sem dúvida lhe corresponderia e que é: — “Mandioca f.a” — pag. 29. Não aparece, ainda, o cap. 24, nem o cap. 27 e o cap. 28. O capítulo 29º não tem título, pág. 36.

Na pág. 37 o título é “Lº 2º dos animais”. Nem sabemos se corresponderia a um novo livro que continuasse o 1º, que seria o escrito até à pág. 36. Neste nº 2º, depois de dois títulos destacados: “Veados” e “Corços” pág. 37, há um outro título ainda na mesma pág. — “Antas — cap. 2º” —. Logo em seguida o “cap. 3º dos porcos Montezes”; não aparecem mais capítulos até à pág. 57, mesmo que haja diversos títulos em destaque referindo diversos animais, num total de 43.

Na pág. 57 está o “Cap. 2º Das Ervas q dioscoredes não teve conecimen.to nem fez menção nem outros — Jeticuçu”. Até à pág. 65 não aparecem mais capítulos msmo que se dê destaque a muitas espécies.

Naquela pág. 65 há o último Capítulo indicado: — “Cap. 2º das frutas Acaju”. À semelhança do cap. anteriormente indicado contém, até ao fim, diversos títulos, não só no que se refere a frutos e árvores de fruto, mas a partir da pág. 76 faz referências a peixes, baleias, aves de água, mariscos, etc. sem que se destaque em cap. qualquer dos assuntos.

*

As falhas que porventura existam, e estamos em crer que existem, não só pela disposição do manuscrito como pela enunciação dos capítulos, não quero crer que sejam sanáveis a possibilitar uma restauração completa do texto.

Apontamentos esparsos, ou resultado dêles e a que se procurou dar uma ordem, realmente se nota no texto, fazem do manuscrito um repositório curioso de sucessos e fatos, que o identificam com a forma da primeira historiografia que ao Brasil se refere.

Na substância, esta “crônica jesuítica” pela designação de Varnhagem, é muito semelhante aos escritos de autores como Gandavo, Gabriel Soares de Sousa, anteriores ou, quiçá, contemporâneos do autor; é muito semelhante ao escrito por Frei Vicente Salvador em sua *História do Brasil*. De Simão de Vasconcelos, dissemos já que extratou o presente manuscrito.

Mantendo-se na linha de que chamaremos a “historiografia coeva”, o escrito em questão é uma exaltação das “coisas do brazil” das “mais notáveis”, como do título se depreende.

Neste aspeto sofreu influência e exerceu influências. Erudito na época e no local, o autor preencheu as suas horas de ócio relatan-

do algo do que conheceu e acrescentando algo que outros lhe deram a conhecer.

A exaltação da “cousa” brasileira está patente nas 2 primeiras linhas do texto quando afirma que o Brasil, descoberto

“no ano de 1500 por P.e alz Cabral, portuguez”, que “levou logo pimenta pao algodão e gengibre”.

Não seria o caso de Gandavo, que se propunha fazer propaganda da terra, no sentido de chamar gentes que a povoassem. Não seria êsse o caso dêste nosso “cronista”, tanto assim que por muito tempo o seu escrito ficou desconhecido e, nos escaparates das preciosidades bibliotecárias, ignorado.

Pelo menos é o que é dado pensar. Mas logo de seguidos nos perguntamos: ficaria mesmo ignorado?

*

Poderíamos, a rigor, considerar o manuscrito dividido em duas partes; uma, a 1ª, que é pròpriamente de História do Brasil, que vai até à fôlhas 26; outra, a 2ª, que poderíamos denominar “das curiosidades”, até ao final. Não discutiremos aqui a ordem lógica destas duas partes, já que a 1ª, que designamos de História do Brasil, termina por onde talvez haveria de começar quando a fl. 25 é iniciado com o título “sítio do Brazil”, e aí nos dá algumas indicações sôbre os coordenados que ao Brasil se referem.

Mesmo se quisermos considerar a 1ª parte como um trabalho de referências históricas, notaremos que de permeio há alguma coisa que se possa referir a “curiosidades”.

De início dá-nos a impressão de o autor pretender respeitar a cronologia dos acontecimentos, referindo-se aos mais remotos.

Assim, depois da descoberta em 1500, fala de seguida em 1504 quando

“vierão francezes à Baya e pernãobuco logo os portuguezes lhe derão guerra e os botaram da terra e lhe tomarão tres naos na Baya”.

Na mesma fôlha, e no parágrafo seguinte, fala em Martim Afonso de Sousa, “o 1º que foi povoar o Brazil” e seu irmão, em São Vicente.

Dá nota de 2ª e 3ª capitanias (Itamaragua e Spu S.to).

Fala a seguir de Pôrto Seguro: de P.o de Campo Tourinho.

Não fica esquecida a sua missão de clérigo e a seguir à referência que faz a “P.o do Campo Tourinho da Vila do Conde” uma longa relação confirma a sua condição de missionário, para quem é apostolado a divulgação das coisas de Deus e da Virgem.

Assim, ocupa algumas páginas no relato de alguns milagres de Nossa Senhora da Ajuda, que começam com o aparecimento duma fonte de água junto da Igreja, onde os padres desejavam; e um homem dono dum canavial que se agastava por antes disso lhe fazerem caminho pela cana em busca da água que não tinham, viu as enxadas e alfaías enterradas no vale para onde a água da fonte milagrosa correu, ficando o mesmo homem daí em diante muito devoto.

A êste primeiro milagre outros se seguem, relatados em três páginas.

Aberto êste parênteses continua a notícia das capitânias e seus fundadores, falando sucessivamente da Baya e Francisco Pereira, quando os homens se desentenderam e o donatário se acolheu a Pôrto Seguro; um naufrágio deu com êle na costa em Tapegepe (*sic*) e os índios o mataram; melhor; o mandaram executar por um menino de 5 anos, irmão de um filho de um principal que Francisco Pereira havia mandado matar, e a quem ajudaram a manter a espada; os índios não o comeram pelo que afirma o autor.

Depois veio Diogo Álvares e seu genro.

Fala de Pernambuco, 7ª povoação, que se povoaou com Duarte Coelho; de Ilhéus, 8ª povoação, com Jorge de Figueiredo; Rio de Janeiro, que “foi a primeira que povou el Rei dom Sebastião”, e que historia brevemente, falando dos franceses; de Estácio de Sá; da artilharia que tem, alguma tomada aos franceses, outra vinda de Portugal; fala da sua fertilidade; de sua fartura de peixes e mariscos e carne. O peixe o

“cercam no Rio e toda a terra se põe a escalar e salgar de dia e de noite e a assar e muitas vezes mais é o que se perde e se não pode aproveitar como já vi por duas vezes encherem-se mais de duzentas canoas muito grandes e isso tres vezes ao ano”.

De seguida fala de “Governação”, quando começa por referir Tomé de Sousa como primeiro governador, falando depois de Duarte da Costa, Mem de Sá; D. Luís, “que mataram os franceses”; Luís de Brito e Almeida; Lourenço da Veiga; Manuel Teles Barreto; Antônio Barreiros e Cristovão de Barros; e Francisco de Sousa.

Acentua que êste último “foi no anno de 91”.

O autor, como clérigo, não deixa de referir as coisas eclesiásticas e por isso no cap. 12 refere os Bispados.

Dá como primeiro bispo Pedro Fernandes que, vivendo no bispado 4 anos se tornava a Portugal quando foi morto em “vaza barrís”, episódio, aliás constantemente citado nos manuais de História.

O 2º, D. Pedro Leitão “que bispou 14 anos e veio na era de 59”.

Aqui poderíamos abrir um parênteses, referindo a data em que haveria sido empossado o bispo Fernandes Sardinha, já que com 4

anos de bispado, como refere o autor, estaria de pé a data que habitualmente se dava, ou seja a de 1555, antes dos estudos de Varnhagem, que deu o ano de 1551 como certo (7) e que João Ribeiro dá como sendo o de 1552 (8).

Fechado o parênteses, digamos que o 3º bispo citado pelo autor da “crônica jesuítica” é Dom Antônio Barreiros, que já citara no Capítulo da “Governança”.

Acresce, porém, que dá a data de sua vinda em 76 e mais bispos não refere a partir dêste ano.

Talvez que o fato reforce o nosso argumento quanto ao tempo de elaboração do manuscrito — cremos que incerto e não comprovado pelo ano de 91 referido na 1ª página — já que depois do bispo A. Barreiros não se refere outro nomeado posteriormente, tal como acontece com os padres da Companhia.

Recordamos que são os vindos em 78 os últimos padres citados; enquanto que o bispo é de 1576.

*

Aos sucessos históricos agregam-se, coerentemente, referências aos franceses e às guerras contra eles sustentadas seja em Pernambuco por Duarte Coelho (fôlha 15) seja no Rio de Janeiro, quando fala de “Villagalhão” (fôlha 15).

E, ainda, às guerras com os Índios que são referidos no Cap. 16, desde a página 16 a 21.

*

Não esquecendo a condição sacerdotal e voltado para as coisas do espírito faz uma estimativa, do número dos cristãos; bem precária, por sinal, em função dos elementos que tem, ou que não tem, calculado que, só na Baya haja 60 mil.

Relata a seguir peripécias a mostrar algumas glórias e vicissitudes da catequização que, não obstante difícil, é, ainda, prejudicada por fatores na base dos quais está o interesse de estranhos que iludem os indígenas e os desviam em proveito seu.

Acabadas aquelas referências que poderemos apelidar de históricas, cremos que escritas obedecendo a uma ordem que dissemos ser cronológica, mas sem grande rigor, veem alguns elementos geográficos a partir da fôlha 25.

Não seriam, porém, a nosso ver, nem os apontamentos históricos nem os apontamentos geográfico, as “cousas mais notáveis do Brasil”, que do título do manuscrito se inferem.

(7). — Varnhagem (Francisco Adolfo de), *ob. cit.*; vol. cit. pág. 224.

(8). — *História do Brasil*; 16ª ed. Rio de Janeiro, 1957.

As coisas mais notáveis e curiosas estariam, naturalmente, no que de novo e incomum na terra se via; e nas gentes que habitavam a terra.

Por essa razão, depois dos breves apontamentos histórico-geográficos, se dedica o autor à descrição das coisas e dos homens.

Das coisas são as espécies vegetais e animais que formam um longo rol.

Dos homens são seus costumes; seus hábitos e vícios; seus agi-ros, que focaliza e descreve.

Não iremos aqui referir, minuciosamente, tudo o que sobre êstes assuntos escreve o autor; mas diremos que lhes dedica 2/3 do seu escrito, o que nos dá a entender a importância dos assuntos.

É um longo rol, dizíamos acima, e que não cabe neste breve comentário.

Uma coisa, porém, chamou a nossa atenção: o vocabulário usado.

Ao tratar das espécies vegetais e animais muitos dos nomes designados e particularidades escrevem-se com palavras da língua dos indígenas.

Poderíamos pensar que se as espécies são brasileiras de outra maneira não podiam designar-se, senão pelos nomes “brasileiros”.

É, entretanto, o autor que afirma o contrário, quando diz, ao findar o seu escrito que não lhe lembravam as coisas “daqua de Portugal senão pelo nome do Brasil”; prova suficiente, ao que cremos, de que muitos nomes poderiam ser os de lá.

Para nós é sintomático êste escrito com soma razoável de vocábulos brasileiros, o mesmo que dizer indígenas.

Vejamos que menos de um século se havia passado desde a descoberta do Brasil; e apenas meio século desde que a colonização sistemática se iniciara, a partir de Martim Afonso de Sousa.

Recordamos, também, que foi, somente em 1549 que chegou a primeira missão de padres, em número de seis, tendo como superior Manuel da Nóbrega,

“vinda para catequizar os índios e para prestar serviços de religião e bons costumes”,

constituindo-se, a bem dizer, no “elemento moral” de que fala João Ribeiro (9).

Estava esta primeira “missão” em consonância com Tomé de Sousa, em cujo regimento se lia que deveria

“conservar e enobrecer as capitâneas e povoações das terras do Brasil, para exaltamento da santa Fé e proveito dos reinos, senhorios e naturais dêles”.

(9). — *História do Brasil*, op. cit..

Aquêles padres e os que vieram de seguida, tornaram-se admirados dos índios, os quais

“se esforçavam por lhes falar na propria língua” (10).

Na verdade, nós compreendemos que não poderiam falar-lhes noutra língua.

Bem entendemos que os aborígenes eram menos capacitados que os europeus para aprender, no mesmo espaço de tempo, um vocabulário de uma língua estranha; por isso mesmo, sem dúvida, os padres que vinham com a missão de ensinar, começaram, primeiramente, por aprender a língua dos naturais da terra.

Dos primeiros padres dizem-nos que o melhor linguística era o padre Navarro, talvez porque

“o tupi fôsse semelhante ao seu vasconço natal” (11).

Curioso é de notar que antecedendo Anchieta, que só chegaria 4 anos depois,

“reproduziu por escrito a linguagem dos brasileiros, traduzindo as escrituras, além dos artigos de Fé e oração dominical” (12).

Por êste procedimento chegaram os padres a entender a “língua tupí-guaraní”, o instrumento mais poderoso de intercomunicação das duas culturas; a do invasor e da raça conquistada, no dizer de Gilberto Freire (13).

Na verdade, o labor que neste campo desenvolveram é testemunhado por um sem número de trabalhos que nos ficaram, a comprovar o fato, sejam vocabulários, dicionários ou catecismos.

Dalguns dêstes, demos notícia em artigo publicado na *Revista de História* nº 71, vol. XXXV (14).

Parece-nos aqui, que se havia reconhecido desde cêdo que a língua podia estreitar as relações, no território a percorrer e na comunicação com os indígenas.

Os portugueses adotavam a língua indígena,

“preferindo as expressões tupis aos dizeres da própria língua em que aliás não faltavam vocábulos e locuções igualmente expressivas e adequadas”, conforme Theodoro Sampaio, que nos afirma, ainda, “ir a catequese, mesmo nos povoados mais afastados, dando à língua bárbara foros de um veículo civilizador” (15).

(10). — Sanceau (Elaine), *Capitães do Brasil*. Civilização. Pôrto, 1956.

(11). — *Idem*.

(12). — *Idem*.

(13). — *Casa Grande e Senzala*; 9ª Ed., tomo I, pág. 206

(14). — *Língua — Instrumento de Colonização*.

(15). — *O Tupi na Geografia Nacional*. São Paulo, 1901.

Talvez por isso que o tupí-guaraní merecesse dos estudiosos e lingüistas a designação freqüente de “Língua Geral do Brasil” assinalada em diversos estudos.

Não é surpresa para ninguém, se dissermos que o português senhoriou e calcorreou uma terra com tamanho de continente. Fê-lo como senhor, que de fato era, tendo como primeiro dever, na maioria dos casos, o de civilizar, ou catequizar ou ensinar.

O elemento mais pronto da civilização que trazia era, não o duvidamos, a língua que deveria ensinar.

Nalguns casos, entretanto, moldou-se aos costumes da terra; afeiçoou-se às coisas e até às gentes.

Pelo que nos é dado ver, nem relutou em assimilar a própria língua dos nativos para melhor se fazer entender. E não só por dever de ofício, pois que

“até ao começo do século XVIII a proporção entre as duas línguas faladas na colônia (português e tupí) era mais ou menos de três para um, do tupí para o português”, conforme elucida Theodoro Sampaio” (16).

“E as famílias dos portugueses e índios em São Paulo — no dizer do Padre Antônio Vieira — tão ligadas umas às outras que as mulheres se criam mística e domesticamente, a língua que nas ditas famílias se fala é a dos índios e a português a vão os meninos aprender à escola” (17).

Dever de ofício apenas? Poderíamos concluir que não.

Imposição das circunstâncias?

Mas quem estava em condições de impor, pensamos nós, era o português...

Não haverá aqui a revelação duma propensão natural dos portugueses, que mesmo nos atos simples e particulares se esforçava por usar uma língua estranha, quando podiam impor a sua?

Dêste procedimento, aliás, temos exemplos bem frizantes em outros colonizadores.

É neste passo que damos importância relevante ao manuscrito de que vinhamos falando.

E essa importância de que o julgamos revestido está no fato de nos parecer um argumento concludente.

Já o dissemos da autoria de um padre que teria, sem dúvida, pleno domínio sobre o vernáculo; saberia, por isso, designar as espécies, que designou na língua indígena, em português; cita no seu manuscrito um naturalista, para nós a prova de que poderia designar apropriadamente, substituindo o vernáculo, a maioria das espécies sem recorrer à nomenclatura indígena entende-se de seu escrito que

(16). — *Idem*.

(17). — *Obras Várias* in Theodoro Sampaio, *op. cit.*, pág. 23, nota 1.

teria percorrido outras partes do mundo e outros continentes, onde naturalmente teria encontrado muitas das espécies que encontrou no Brasil.

Pela nossa primeira estimativa, feita junto ao manuscrito em questão, há 284 vocábulos indígenas em 91 fôlhas escritas, que são outras tantas páginas. E havendo de ter em conta que foi escrito antes de decorrido um século desde a Descoberta do Brasil.

O fato de ser um padre que assim escreveu, usando com tanta frequência de vocábulos da “Língua Geral do Brasil”, parece-nos um passo seguro para podermos afirmar, e cremos que a caminho da demonstração, que o português não só respeitou como assimilou a civilização que os outros povos detinham, por elementar que fôsse.

Nêste caso poderíamos, talvez, ver um utilitarismo imediato quando se assenhoreava da língua indígena para melhor chegar aos nativos e mais depressa os associar a si, na empresa que tinha em mãos; ou seria o extravasamento da sua propensão universalista, integrando-se e não se mantendo estranho entre outras raças ou civilizações, mesmo que não igualassem a sua.

* *
*

INTERVENÇÃO.

Da Profa. *Sônia Aparecida Siqueira* (FFCL/USP).

Pergunta ao Prof. Valente se êste Manuscrito já não poderia ser usado como prova do abasileiramento do português — embora pobre — qualquer cousa assim como uma colonização do colonizador, da qual o uso da língua seria uma prova. Quais as palavras indígenas integradas no Manuscrito?

Pergunta, ainda, se há no Manuscrito informações sôbre demografia e sôbre um realce maior à parte da vida espiritual do Brasil do tempo, principalmente sôbre a catequese?

* *
*

RESPOSTA DO PROFESSOR JOSÉ AUGUSTO VAZ VALENTE.

À Profa. *Sônia Aparecida Siqueira*.

Disse o seguinte:

Relativamente à primeira indagação, nos a dividimos em dois itens para facilidade e mais precisão nas respostas e pela ordem que aparecem:

a) — Na verdade, podemos dizer que a adoção da “Língua Geral do Brasil” pelo colonizador, que a usa em termos que constantemente emprega é, digamos, o índice mais seguro do “abrasileiramento” do português.

O autor do Manuscrito é pessoa de cultura — é clérigo — e os termos que emprega com uma frequência que denunciemos, como que a parecer excessiva, parecem-nos a prova suficiente dêsse “abrasileiramento”.

Este nosso trabalho, aliás, tem a finalidade não só de insinuar o mesmo “abrasileiramento” a que está sujeito o colonizador, pela adoção voluntária dos vocábulos indígenas, mas também tem a pretensão de demonstrar que o português se “abrasileirou” propositadamente, mesmo nos casos em que não necessitava, como seja este, de elaboração de um manuscrito, que nem ia ser lido pelos “brasileiros”.

Eu iria até à afirmação de que o colonizador fazia disso gala, mesmo nos casos especiais, como é o dêste padre culto, que nos legou uma “crônica”.

É que à cultura que já possuía adicionava elementos de outra cultura que, por ser nova a seus olhos, seria sobremaneira cativante, pelo que fornecia de ensinamentos por um linguajar também novo.

b). — As palavras indígenas que no escrito aparecem elevam-se a centenas; e numa primeira estimativa, ainda sujeita a correção, arrolamos 284 (duzentos e oitenta e quatro) vocábulos.

Dizem respeito a elementos de ordem geográfica, como seja o nome de rios (Paraguaçu); capitanias (Itamaracá) que são designações indígenas, como sabemos.

Dizem respeito às etnias na designação de tribos e famílias (tupis; tupiniquins; caetés).

Além de mais referências, há quantidade apreciável que dizem respeito às espécies animais.

Exemplo, referindo o porco-espinho: fala do candú-gualaçu; e candú meri.

Referindo-se aos “bogios”: o aquiquí; berigui; aquiquí-pitanga.

Gatos bravos — maracuja meri; Itaoca.

Ratos — pixuma ; mejuare caguiji.

As referências às espécies vegetais são também abundantes, entre elas destacamos: taroquí ou tararoquí — a fedegosa de Portugal.

Barbascos — tibo guaçu.

O rol podia continuar-se, mas nem cremos que haja necessidade, visto que nos limitamos a uma breve exemplificação.

Numa segunda pergunta indaga-se se no manuscrito há informações sobre demografia e se se realça a vida espiritual ao tempo, especialmente no que se refere à catequese.

a). — no que se refere a demografia os dados existem, ainda que ao sabor de estimativas muito elementares e cremos que de índole particular, enunciados por forma demasiado empírica.

São porém de certa curiosidade êsses dados que ao que supomos, fogem a tôdas as regras que possam levar à exatidão.

Transcrevêmos-los, entretanto, do próprio manuscrito e pelas palavras do autor que, como clérigo, fala, na fôlha 21, do “número de cristãos”, escrevendo:

“Não se pode saber a certeza por que ao princípio não se escreveram e ainda hoje dizem muitos padres que pouco vai nisso e que no Céu se verão; e assim temos, pouco mais ou menos o número dos que se podiam batizar conforme o que achei escrito.

Na Bahia tínhamos doze aldeias e a mais pequena era de dois mil. A de Santo Antônio que era a mais pequena, sômente os padres escreveram os números de batizados e da éra de 59 à de 83 se acharam cinco mil batizados. Assim, se se houver de multiplicar por doze, são sessenta mil, posto que alguns se desfizeram muito cedo”.

De ver, pois, os dados demográficos, ao menos no que se refere aos aborígenes, são estimados pelo padre, mesmo que se intua que os número fornecidos são sobremaneira arbitrários e de pouca confiança.

Assim mesmo, porém, há lugar para afirmar que estão presentes elementos que à demografia se referem.

•

Quanto “à vida espiritual do tempo” e sôbre a catequese, a transcrição acima julgâmo-la elemento de valia, já que os batizados seriam catequizados.

À parte, porém, êsse apontamento há ainda uma relação de milagres o padre cita e que são atribuídos a Nossa Senhora da Ajuda, que se escrevem desde a fôlha três à fôlha cinco, onde se citam vários testemunhos e casos que englobam índios ou naturais da terra, entre outros, o que nos faz crer que os problemas da fé estavam presentes em todos, o que haveria sido conseguido pela catequese, ao que supomos.